

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS -
CAMPUS SOROCABA COMO OBJETO DE RECORRÊNCIA**

**POLICIES OF AFFIRMATIVE ACTIONS IN BRAZIL: THE FEDERAL UNIVERSITY OF SÃO CARLOS -
CAMPUS SOROCABA AS A PURPOSE OF RECURRENCE**

Paulo Gomes Lima

Ariane Andreia Teixeira Toubia

RESUMO: O objetivo da pesquisa foi o de analisar os desafios e encaminhamentos predominantes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)-Campus Sorocaba, quanto ao aperfeiçoamento e ampliação do apoio ao estudante oriundo do Programa de Ações Afirmativas, a partir da fala de dois (2) representantes por meio de entrevistas, um da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e o outro da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE). Por meio de um levantamento bibliográfico e documental no Banco da CAPES e o da UFSCAR, foram selecionados trabalhos (Dissertações e teses) aproximativos à temática. Utilizou-se o neoinstitucionalismo como quadro teórico analítico, orientado pela abordagem qualitativa por meio de Estudo de caso, considerando ser a UFSCar-Campus Sorocaba o local epistemológico da pesquisa. No âmbito procedimental utilizamos a técnica de análise documental (CELLARD, 2010) quanto aos registros e iniciativas do campus da UFSCAR-Sorocaba ainda que instrucionais sobre a temática, seguida da análise de conteúdo (BARDIN, 2009) objetivando compreender as vozes dos respondentes e suas devolutivas, ainda que implícitas. Por meio das devolutivas dos respondentes constatou-se que a adoção de políticas de ações afirmativas na UFSCar, não somente contribuiu para propiciar maiores condições de acesso de grupos historicamente excluídos à universidade, como propiciou condições de permanência aos estudantes por meio de apoio institucional específico no âmbito material e acompanhamento alimentar, saúde, transporte, dentre outros.

Palavras-chave: Políticas de ações afirmativas no Brasil. Democratização do acesso ao ensino superior. UFSCar-Sorocaba.

ABSTRACT: The objective of the research was to analyze the challenges and prevailing referrals of the Federal University of São Carlos (UFSCar) Campus Sorocaba, regarding the improvement and expansion of support to the student from the Program of Affirmative Actions, from the speech of two (2) representatives through interviews, one from the Pro-Rector's Office for Graduate Studies (PROGRAD) and the other from the Pro-Rectory for Community and Student Affairs (PROACE). Through a bibliographical and documentary survey in the CAPES

Bank and the UFSCAR, selected papers (Dissertations and theses) are approximated to the theme. We used the neoinstitutionalism as an analytical theoretical framework, guided by the qualitative approach through a case study, considering that the UFSCar-Campus Sorocaba is the epistemological site of the research. In the procedural scope, we used the document analysis technique (CELLARD, 2010) for the registrations and initiatives of the UFSCAR-Sorocaba campus, even though instructional on the topic, followed by content analysis (BARDIN, 2009) aiming to understand the voices of the respondents and their Even implicit. Through the returnees of the respondents, it was found that the adoption of affirmative action policies in UFSCar not only contributed to provide greater access conditions for historically excluded groups to the university, but also provided conditions for students to stay through specific institutional support in the Scope of material and food monitoring, health, transportation, among others.

Keywords: Affirmative action policies in Brazil. Democratization of access to higher education. UFSCar-Sorocaba.

RESUMEN: El objetivo de la investigación fue analizar los retos y referencias vigentes del Campus Sorocaba de la Universidad Federal de São Carlos (UFSCar), en relación con la mejora y ampliación del apoyo al estudiante desde el Programa de Acciones Afirmativas, a partir del discurso de dos) A través de entrevistas, una de la Pro-Rectoría de Estudios Graduados (PROGRAD) y otra de Pro-Rectoría para Asuntos Comunitarios y Estudiantiles (PROACE). A través de una encuesta bibliográfica y documental en el Banco de la CAPES y la UFSCAR, los trabajos seleccionados (Tesis y tesis) se aproximan al tema. Utilizamos el neoinstitucionalismo como marco teórico analítico, guiado por el enfoque cualitativo a través de un estudio de caso, considerando que la UFSCar-Campus Sorocaba es el sitio epistemológico de la investigación. En el ámbito de los procedimientos, se utilizó la técnica de análisis de documentos (CELLARD, 2010) para las inscripciones e iniciativas del campus de la UFSCAR-Sorocaba, a pesar de la instrucción sobre el tema, seguida del análisis de contenido (BARDIN, 2009) Los encuestados y sus implícitos. A través de los repatriados de los encuestados, se encontró que la adopción de políticas de acción afirmativa en la UFSCar no sólo contribuyó a proporcionar mayores condiciones de acceso a los grupos históricamente excluidos a la universidad, sino que también proporcionó condiciones para que los estudiantes permanecieran a través de apoyo institucional específico en el Ámbito De monitoreo de materiales y alimentos, salud, transporte, entre otros.

Palabras clave: Políticas de acción afirmativa en Brasil. Democratización del acceso a la educación superior. UFSCar - Sorocaba.

1 INTRODUÇÃO

As políticas de ações afirmativas constituem-se instrumento de promoção da igualdade social como um direito humano e universal e na concepção de Gomes e Silva (2001, p. 94) e são projetadas com o objetivo de correção ou mitigação dos efeitos de exclusão ou discriminação praticados num tempo histórico passado, ao mesmo tempo em que propicia e amplia discussão sobre igualdade, na busca de garantia do alcance de bens fundamentais de domínio social de todos, mas de forma específica de grupos que sempre estiveram à margem dos seus direitos cidadãos. Contribuem com essa percepção as obras de Munanga (2001), Lima (2009) e Osório (2004).

Tais políticas, fundamentadas nas regras de discriminação positiva prescrita na Constituição de 1988, contemplam medidas legislativas e administrativas destinadas a garantir a regulamentação dos direitos de igualdade racial com especial ênfase nas áreas da educação (MUNANGA, 2001, p.35).

Na perspectiva de Osório, a desigualdade tem caráter multifatorial, é presente entre homens e mulheres, aparece nas diferenças de classe, no desequilíbrio cultural, educacional e econômico. Dentre tantos desafios, a promoção de uma equidade de oportunidades para todos, tem recebido destaque desde a década de 1940, e neste caminho, entre as décadas de 1950 e 1960, estudiosos da UNESCO debatem as questões raciais guiados por pesquisadores com diferentes discursos e metodologias, como Florestan Fernandes, Costa Pinto, Roger Bastide, entre outros, que chegaram à conclusão de que o racismo no Brasil atuava como empecilho para a melhoria das condições de vida e que os negros ocupavam os ramos de atividade econômica de menor remuneração (OSÓRIO, 2004, p.11).

Lima (2009, p.2) afirma que no caso brasileiro, a discussão e adoção das políticas de ações afirmativas, teve após a promulgação da Constituição de 1988 maior abrangência, mas não de forma pedagogicamente linear ou consensual, uma vez que a organização dos movimentos sociais e denúncia histórica da relação de opressão na década de 1990 era recorrente, de forma particular, no campo educacional que vinha de um itinerário elitizante, até então e a lógica que se colocava na agenda política era centrada na meritocracia, excetuando o processo de dominação do capital. Ora, com isso, os grupos étnico-raciais e as classes economicamente desfavorecidas ficavam à mercê de uma lógica de política centrada no Estado e Estado capitalista e oligárquico.

O que podemos observar nas décadas posteriores é que a formulação das políticas de ações afirmativas que se apresentam em diferentes desenhos, ganha corpo, advoga a

favor da reserva de vagas para grupos socialmente excluídos em universidades públicas e defende o aumento dos níveis de financiamento no acesso ao ensino superior privado na luta para que a educação superior de qualidade não seja apenas um privilégio da elite brasileira. Para efeitos de exemplificação, a constituição na década de 1990 do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que definia as ações afirmativas como “medidas especiais e temporárias”, inclusive com previsibilidade de duração (dez anos), que controladas pelo Estado deveriam primar pela busca da eliminação das desigualdades historicamente acumuladas e a garantia de” [...] igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros” (BRASIL,1996, p.10).

Ainda no interstício da década referida ao GTI do final do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), passando pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), as discussões e ações na legitimação das ações afirmativas adentraram as legislações estaduais na garantia de reservas de vagas na projeção da inclusão social à universidade, assunto que não estava à margem das instituições federais de ensino superior a partir de 2002.

Destacamos como eixo de nossa pesquisa as iniciativas da UFSCAR, ainda que de forma incipiente, à solicitação por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em 2004 da discussão e necessidade de fomentar debates e dar materialidade a um Programa de Ações Afirmativas, tendo em vista a sua vocação no atendimento às demandas sociais com respeito às políticas públicas e/ou sua necessidade de ampliação. Três anos depois (2007) após discussões em nível local e nacional, consenso entre o Conselho Universitário (ConsUni) e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), o sistema de ingresso por reserva de vagas é aprovado por meio da Portaria GR nº 695/07, de 06 de junho de 2007, constando o desenvolvimento do Programa de Ações Afirmativas (PAA) e sua implementação a partir do ano seguinte. A partir de então a UFSCAR em seus três campi, passava a desenvolver ações afirmativas, não somente por conta do ingresso à instituição, mas de forma gradativa, internamente pelo menos por meio de duas principais Pró-Reitorias: a PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação) e a PROACE (Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis) no âmbito de dar condições de permanência dos novos graduandos nos diversos cursos, o acolhimento

por meio dessas Pró-Reitorias, com suas extensões nos campi seriam determinantes para a efetivação do planejamento e implementação do PAA.

O crescente movimento em todo o Brasil é respaldado pela Lei 12.711/2012¹, a chamada “Lei de Cotas” que garantia a reserva de vagas em 50% das matrículas por curso e turno das universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia aos alunos egressos integralmente do ensino médio público, os demais 50% continuariam como ampla concorrência para os demais candidatos. Essa lei marcaria a necessidade de adequação, implementação e legitimação em todas as instituições federais, lembrando que, uma política só é validada quando implementada e legitimada para o público ou demanda para a qual foi desenhada. Lembrando que aqui utilizamos o conceito de políticas de Palumbo que afirma que as políticas podem ser entendidas como um “[...]um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes” (PALUMBO, 1994, p.8), assim não se limita a uma lei, pois sua lógica está na construção, reconstrução e adaptação, o que poderá legitimar a sua continuidade, supressão ou aperfeiçoamento.

Como aponta Hofling (2001, p.40), a política educacional desempenha importante papel em relação à democratização na estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos, e a frustração - ou não - destas expectativas se colocam em relação direta com os pressupostos e parâmetros adotados pelos órgãos públicos e organismos da sociedade civil.

Assim o presente estudo, tendo como objeto de recorrência a UFSCar-Campus Sorocaba, pretendeu compreender “Quais são os desafios e encaminhamentos predominantes frente ao objetivo de aperfeiçoar e ampliar o apoio ao estudante oriundo do Programa de Ações Afirmativas no Campus Sorocaba, sentidos e identificados por gestores² que representam a PROGRAD e a PROACE na Universidade Federal de São

¹ Conforme o Ministério da Educação essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que definiu as condições gerais de reservas de vagas e estabeleceu a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior. Da mesma forma, a Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, que estabeleceu os conceitos básicos para aplicação da lei, previu as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, fixou as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento das vagas reservadas. (BRASIL, 2016b).

² Trata-se de dois departamentos que respectivamente representam a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a saber: Departamento de Ensino de Graduação de Sorocaba (DeEG-Sor) e a Pró-Reitoria

Carlos – Campus Sorocaba sobre a temática? ” Esse objeto, cujo delineamento se procurará descrever as bases e eixos procedimentais da pesquisa, bem como as devolutivas dos respondentes, caracterizou-se por intensos debates e encaminhamentos na história da UFSCar, trazendo à luz questões que certamente poderão pontuar novas ações e ampliação da discussão de uma universidade que inclui e acolhe os estudantes universitários.

2 SOBRE O PERCURSO DA PESQUISA: MÉTODO E EIXOS PROCEDIMENTAIS

Dentre os objetivos da pesquisa, cuja questão norteadora foi citada acima, estavam o de identificar os desafios e encaminhamentos sentidos por gestores representantes da PROGRAD e PROACE no campus quanto ao aperfeiçoamento e ampliação do apoio ao estudante oriundo do Programa de Ações Afirmativas e discutir as devolutivas dos respondentes frente ao contexto do processo de inclusão social do Brasil na educação superior e da especificidade da UFSCAR- campus de Sorocaba. Os gestores escolhidos para as devolutivas da pesquisa foram em número de 2 (dois). Justifica-se a escolha desses respondentes por atuarem diretamente e responderem pelos departamentos, no caso do representante (PROACE) do Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis de Sorocaba - Seção de Assistência Social, Saúde e Esportes (SeASSE); quanto ao representante (PROGRAD) do Departamento de Ensino de Graduação de Sorocaba (DeEG-Sor), sua escolha deu-se por, além de atuar na representatividade da seção, desenvolveu trabalho específico sobre as políticas de ações afirmativas da UFSCAR, como se observou em levantamento preliminar.

Elaborou-se um levantamento bibliográfico e documental através do Banco da CAPES em nível de teses e dissertações sobre as temáticas trabalhadas sobre a UFSCAR (JODAS, 2012; CAMARGO, 2011, OLIVEIRA, 2013, PINHEIRO, 2015) e que utilizamos como referencial, além de outros com temáticas com bases correntes como a plataforma Scielo, SBU (UNICAMP) e DEDALUS (USP). Os principais documentos analisados para essa pesquisa foram o PDI-UFSCAR (2004, 2013) e Documentos disponíveis on-line dispostos na página do PAA (Programa de Ações Afirmativas UFSCAR).

de Assuntos Comunitários e Estudantis, a saber: Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis de Sorocaba - Seção de Assistência Social, Saúde e Esportes (SeASSE)

Como quadro teórico analítico optou-se pelo neoinstitucionalismo, cuja ênfase é o estudo da instituição e seus interlocutores, possibilitando como recorrência suas devolutivas ao escopo político-institucional (FREY, 2000; ROCHA, 2005; HALL e TAYLOR, 2003). Quanto à leitura do objeto têm-se na abordagem qualitativa os pressupostos que auxiliarão em sua recorrência, de maneira compreensiva e indagativa (LIMA, 2003; LUDKE e ANDRÉ, 1986; POUPART, 2008) e para especificidade do objeto, a realidade do campus da UFSCar quanto à questão central, seguiu-se os princípios do Estudo de caso. A escolha do Estudo de caso deu-se por propiciar que se estude detalhadamente a especificidade da instituição, portanto, o estudo de uma realidade (CHIZZOTTI, 2006, MAY, 2004, VIANA, 2007).

No âmbito procedimental utilizamos a técnica de análise documental (CELLARD, 2010) quanto aos registros e iniciativas do campus da UFSCAR-Sorocaba ainda que instrucionais sobre a temática. Em relação à técnica de coleta de dados utilizou-se a entrevista como recurso, visto que, auxiliaram na compreensão das falas dos respondentes quanto ao apoio ao estudante no campus da UFSCar-Sorocaba (POUPART, 2010), seguida da análise de conteúdo (BARDIN, 2009) objetivando compreender as vozes dos respondentes e suas devolutivas, ainda que implícitas.

3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA E RESPONDENTES

Nessa etapa do desenvolvimento da pesquisa, objetivando delinear o perfil de cada um dos sujeitos respondentes, aplicou-se aos mesmos roteiros descritivos sobre sua caracterização que, dentre outros pontos, solicitava dados pessoais, acadêmicos e profissionais e que envolviam também alguns esclarecimentos dos seguintes aspectos:

- a) Trajetória, envolvimento e atuação na área das políticas públicas e ações afirmativas;
- b) Concepção acerca das políticas públicas;
- c) Função da Pró-Reitoria em que atuam;
- d) Percepção com relação aos avanços e as fragilidades das políticas públicas na UFSCar – So quanto ao atendimento às demandas discentes;

Os roteiros constituíram o desenho dessa seção do trabalho, o que auxiliou na compreensão tanto de dados singulares em relação à instituição em que atuam os respondentes e o seu papel no enfrentamento de políticas públicas de inclusão à universidade. Estes, mais que sujeitos dessa pesquisa, foram e são atores na cena educacional, especificamente na arena das políticas públicas. Desse modo, foi possível delinear representações em torno das questões levantadas, bem como perceber, na fala dos participantes, detalhes e conteúdo de extrema importância, pois a trajetória e o conhecimento prévio de cada respondente enriqueceram o estudo dessa pesquisa, como veremos adiante.

Quanto à caracterização dos departamentos que atuam junto às políticas de ações afirmativas na instituição, confirmou-se através da representante do Departamento de Ensino de Graduação do Campus Sorocaba, que o mesmo é um elo da Pró-Reitoria de Graduação, responsável pela coordenação das ações referentes ao ensino de graduação na universidade, que atua, propondo, implementando, acompanhando e avaliando a execução das políticas definidas pelos conselhos superiores da UFSCar campus Sorocaba.

A função do DeACE-Sor, que é formado por duas seções: - Seção de Assuntos Comunitários (responsável pela administração do Restaurante Universitário e moradias estudantis), composta por 2 servidores administrativos, e - Seção de Assistência Social, Saúde e Esporte, composta por 1 médico ginecologista, 1 enfermeira, 1 psicóloga e 2 assistentes sociais, segundo sua representante nessa pesquisa, reside em oferecer Assistência Estudantil.

Focaliza suas atividades para a comunidade estudantil dos cursos de graduação presencial no que diz respeito à moradia estudantil, esporte, cultura, saúde, alimentação e bolsas/auxílios assistenciais, e em relação aos Assuntos Comunitários, as ações da ProACE priorizam investimentos em relação à saúde dos alunos nas esferas: médica, de enfermagem, psicológica e do serviço social, além do Restaurante Universitário.

O Departamento de Ensino de Graduação campus Sorocaba - DeEG-Sor, por sua vez, está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, e é responsável por interligar as ações referentes ao ensino de graduação na universidade. Conforme citado anteriormente, atua na implementação, avaliação e acompanhamento das políticas definidas pelos conselhos superiores e subdivide-se em:

- Seção de Desenvolvimento Pedagógico e Formação Docente campus Sorocaba - SeDPFD-So
- Seção de Gestão Acadêmica campus Sorocaba - SeGA-So
- Seção de Gestão Administrativa campus Sorocaba - SeGAd-So

Atualmente, segundo dados da responsável pelo departamento, que foi criado em 2013, e que dentre suas funções, acolhe especialmente os estudantes indígenas e os estudantes provenientes do convênio PEC-G³ todo início de ano, no momento de seu ingresso acadêmico, o campus da UFSCar em Sorocaba tem aumentado significativamente o número de estudantes indígenas bem como os estudantes do Convênio PEC-G conforme aponta os dados explicitados no quadro abaixo.

QUADRO 3

RELAÇÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS E PEC – G NO CAMPUS SOROCABA

Ano	Estudantes Indígenas	Convênio PEC-G
2008	2	1
2009	4	4
2010	4	0
2011	5	0
2012	3	2
2013	3	1
2014	2	3
2015	5	1
2016	12	0

Fonte: Elaboração da própria autora a partir dos dados fornecidos pela responsável do Departamento de Ensino de Graduação de Sorocaba (DeEG-Sor)

No âmbito da UFSCar – São Carlos, o sistema de reserva de vagas disponibilizou 20% de vagas para egressos do ensino médio de escolas públicas e de escolas indígenas,

³ O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Link disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em 27 de setembro de 2016.

no período de 2008 a 2010. Deste percentual, 35% foram ocupadas por alunos negros (pardos e pretos) e uma vaga por curso foi disponibilizada para alunos indígenas. No período de 2011 a 2013 o sistema da UFSCar disponibilizou 40% das vagas para egressos do ensino médio de escolas públicas e de escolas indígenas. Deste universo, 35% foram disponibilizadas por alunos negros (pardos e pretos) e uma vaga por curso foi disponibilizada para alunos indígenas. A partir de 2014, o sistema da UFSCar disponibilizou 50% das vagas aos egressos do ensino médio de escolas públicas e de escolas indígenas. Deste percentual, 35% foram ocupadas por alunos negros (pardos e pretos) e uma vaga por curso foi disponibilizada para alunos indígenas (PINHEIRO, 2015, p.33)

As ações afirmativas ainda estão em pleno processo na UFSCar. A Coordenadoria de Ações Afirmativas e outras políticas de equidade, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, trabalha pelas questões referentes às ações afirmativas no âmbito da graduação, fazendo o acompanhamento pedagógico e assessorando professores e coordenadores de cursos, tanto na UFSCar – São Carlos como no campus de Sorocaba. Conforme citado anteriormente, também foi criada a Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, composta de três coordenadorias: de Relações Étnico-Raciais; de Inclusão e Direitos Humanos; e de Diversidade e Gênero, são responsáveis pelo acolhimento e promoção de políticas, reflexões e ações em suas áreas específicas e pelo combate ao preconceito, à intolerância e à violência (PINHEIRO, 2015, p. 33).

Utilizando a UFSCar-So como recorte no período de 2014-2016, estima-se⁴ que cerca de 1302 vagas via política de cotas tenham sido ofertadas, conforme podemos observar no Gráfico 3, elaborado a partir da base de vagas disponíveis no site www.sorocaba.ufscar.br.

Referenciando o problema da presente pesquisa “[...] analisar os desafios e encaminhamentos predominantes da UFSCAR-Campus Sorocaba, quanto ao aperfeiçoamento e ampliação do apoio ao estudante oriundo do Programa de Ações Afirmativas, a partir da fala de gestores representantes da PROGRAD e PROACE no campus”, elencou-se dois respondentes que atuam diretamente e respondem pelos respectivos departamentos, no caso do representante do Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis de Sorocaba - Seção de Assistência Social, Saúde e Esportes

⁴ Os pesquisadores optaram pela confecção do próximo gráfico, elaborado a partir de estimativas, pois não foram encontrados outros dados referentes as vagas ofertadas na UFSCar.

(SeASSE), bem como o representante do Departamento de Ensino de Graduação de Sorocaba (DeEG-Sor).

Os representantes foram selecionados, pois atenderam critérios como:

- a) Atuam na representatividade da seção;
- b) Desenvolveram trabalhos específicos sobre as políticas de ações afirmativas da UFSCAR, como se observou em levantamento preliminar.

A escolha dos sujeitos, objetivou garantir requisitos como conhecimento e envolvimento com o tema central do estudo apresentado, além de mostrar-se como um elemento essencial na qualidade dos dados obtidos. Constatou-se que esta forma de seleção, permitiu um contato e interação com os participantes escolhidos proporcionando conhecimento e uma coleta de dados significativos que contribuíram na elaboração e desenvolvimento da pesquisa apresentada.

O gestor representante da PROGRAD/DeG Sor, possui graduação em Letras e Mestrado em Educação, seu tempo de trabalho na UFSCar – So é de aproximadamente 9 anos e seu cargo é o de Técnico em Assuntos Educacionais em que atua no Departamento de Ensino de Graduação de Sorocaba (DeEG-Sor)

Sobre o perfil do gestor representante da PROACE, Pró-Reitoria que tem como principal função a assistência estudantil, trata-se de uma Assistente Social que atua na UFSCar – So desde 2008 e é chefe do DeACE – Sor que também através de questionário aplicado, referiu que sempre trabalhou no setor privado e começou a trabalhar com políticas ao iniciar seu trabalho na universidade.

4 SOBRE O INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E SUA APLICAÇÃO

A coleta de dados do presente estudo constituiu-se a partir do contato dos pesquisadores com as representantes dos respectivos departamentos. No objetivo de garantir a adesão de cada um dos sujeitos participantes, foram realizados contatos telefônicos e também via e-mail esclarecendo o objetivo da pesquisa e a importância da colaboração dos respondentes como instrumento de coleta de dados. Foram enviados uma carta de apresentação, bem como um termo de consentimento livre e esclarecido aos respondentes a fim de formalizar o processo de coleta de dados.

Os participantes se prontificaram em colaborar com o trabalho, colocando-se à disposição dos pesquisadores para responder o roteiro de caracterização do respondente

inicialmente e posteriormente agendar um horário para realização da entrevista, que foi feita pessoalmente. Conjunta e previamente, foram determinados o local, a data e horário da entrevista, que na ocasião, foi conduzida pela pesquisadora e respondida através de um roteiro de entrevista semiestruturada previamente elaborado e destinado de acordo com as particularidades e singularidades de cada um dos departamentos selecionados para a pesquisa, denominados SEASSE/PROACE e DeGSoR/PROGRAD, ambos instalados no campus da UFSCar –So.

As duas entrevistas foram gravadas, com a permissão e autorização por escrito por parte dos respondentes, e posteriormente transcritas. As sessões das entrevistas realizaram-se no segundo semestre do ano de 2016 e tiveram duração de aproximadamente uma hora cada entrevista com cada respondente. Após a realização das entrevistas com os sujeitos, realizou-se uma análise preliminar dos dados coletados e na sequência o processo de transcrição, leitura e organização do material escrito. As verbalizações e o conteúdo das falas dos respondentes durante as entrevistas são descritos na próxima seção, de forma sintética, visto, a extensão prevista para o presente artigo.

5. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSCar-So: A FALA DOS RESPONDENTES

Para Günther (2006, p.206), a transcrição de material verbal pode tomar as mais variadas formas, ele acredita que a transcrição literal de uma entrevista gravada é uma maneira detalhada para adotar como método de análise dos resultados e compreender as falas dos respondentes. Diante das reflexões descritas pelos autores, o procedimento de análise dos resultados, decorreu do encontro com os respondentes - previamente agendado - para realização das entrevistas, ocorrido no próprio campus da UFSCar-So, no ambiente de trabalho de cada um dos sujeitos, uma sala apropriada onde pesquisadores respondentes, em momentos distintos, tiveram a oportunidade de falar sobre o objeto desse estudo e em seguida dar início à coleta de dados, através de um roteiro de entrevista semiestruturada, do qual destacamos questões para a discussão do objeto nesse artigo.

Percepções dos respondentes: UFSCar-So e a democratização do acesso à educação superior

Segundo Silva (2016), as metas iniciais do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar centram-se em dois eixos ou duas metas iniciais, que dizem respeito a reserva de vagas – egressos da escola pública, negros e indígenas; e ao acolhimento e apoio para permanência e conclusão dos estudos com sucesso voltado aos estudantes ingressantes na UFSCar.

Quanto ao acolhimento desses estudantes a representante do DEGSOR, pontua que o departamento realiza o trabalho de acolhimento com os estudantes indígenas e o grupo PEC- G, propondo atividades diferenciadas e específicas no momento de seu ingresso no campus. Em paralelo, a representante do DeACE afirma que o acolhimento ao aluno é feito de maneira igualitária, não importando para o departamento o modo como o estudante ingressou na universidade, esclarecendo para essa pesquisa que o desdobramento das ações das políticas de inclusão vem sendo implementado na UFSCar – So.

A problemática dessa pesquisa consolidou-se a partir da leitura do PDI-UFSCAR, aprovado em 2013, ao observar que a instituição refizera sua estrutura, reorganização e funcionamento para o melhor acolhimento dos discentes que ingressaram via PAA. Essa reestruturação tinha entre suas finalidades avaliar permanentemente as ações institucionais voltadas à equidade de acesso e permanência na Universidade, incluindo a análise do sucesso dos egressos, das condições de ensino aprendizagem e da permanência dos estudantes de graduação.

Na percepção da respondente responsável pelo DEGSOR, no que diz respeito a permanência, a questão assistencial fica por conta do DEACE, departamento de assuntos comunitários estudantis, e a questão pedagógica é voltada para os dois grupos, indígenas e PEC-G, entre outros aspectos que ficam por conta do próprio curso de graduação resolver conforme as questões surgem.

A respondente do SeASSE, identificada pela sigla CDeACE, ao falar sobre a assistência prestada por essa Pró-Reitoria, conta que os alunos chegam na universidade com duas necessidades: uma financeira, em que a PROACE tenta atender da melhor forma possível respeitando um tempo de execução de processo, até receber a bolsa, pois *“[...] a universidade não pode pagar em espécie”*, e acrescenta que os estudantes *“vêm às vezes com uma expectativa de que a universidade tem que mantê-los 100%. Não é esse o escopo da universidade, apoio estudantil é diferente de sustento estudantil. Então não há a condição da universidade prover o sustento deles, em todas as suas plenas*

necessidades”. Por outro lado, surge a necessidade referente a área acadêmica, até por serem oriundos de escola pública, “ *então eles precisam correr atrás do prejuízo, muitos conseguem, tem um desempenho excelente, outros tem dificuldades principalmente nas áreas de exatas*”.

Na área acadêmica, existem os programas como a Tutoria, que atuam para um melhor acolhimento dos estudantes na tentativa de superar as carências e promover a permanência dos estudantes provenientes da reserva de vagas, como anteriormente corroborou Pinto (2003, p.18) sobre a necessidade de as políticas de ações afirmativas serem colocadas na ordem do dia com o intuito de tornar democrático o acesso e permanência no ensino superior dos grupos fragilizados econômica e socialmente.

A democratização do acesso, clama por meios que assegurem a permanência do aluno, (PADUA; FELIPUSSI e MARQUES, 2013) evitando e objetivando a não reprovação e a conseqüente evasão. No entanto, os respondentes dos departamentos escolhidos para a coleta dos dados deste trabalho, contam que o programa de tutoria está atrelado ao repasse de verbas e que a falta de recursos muitas vezes aponta um entrave quanto à permanência do aluno oriundo do programa de cotas.

Nesse sentido, é fundamental que o acesso à educação superior coloque como ponto de prioridade os meios, sua previsão e critérios de distribuição aos discentes, de maneira especial aos advindos de programas de inclusão. Observamos que tal caminho, embora não contemplado em sua totalidade nas demandas universitárias, devem ser objeto de discussão, enfrentamento e planejamento. Ora, assim, o grau de inserção e devolutiva social dos estudantes estaria muito mais próximo de se tornar efetivo e a universidade brasileira estaria mais comprometido na diminuição da perversidade marcada pela divisão social de classe e toda e qualquer forma de discriminação.

A fala da respondente da PROGRAD defende que o PAA é um programa que deveria ocorrer, por uma questão histórica e pela necessidade de ser consolidado como política pública para suprir determinadas questões que ficaram no percurso histórico. O que também é validado pela fala da representante do DeACE, que vê as ações afirmativas adotadas pelas universidades federais como uma política positiva, especialmente a partir do SISU em que a universidade apresentou uma progressão na reserva de vagas chegando a um percentual de 50%.

Percepções dos respondentes: sobre o acolhimento, permanência e conclusão pelos estudantes da UFSCar advindos de programa de ações afirmativas

Não é suficiente, afirma Gomes, “abrir as portas dos cursos superiores para a juventude negra, é preciso também garantir as condições adequadas de continuidade dos estudos e de formação acadêmica e científica” (2005; p. 258).

Nacionalmente o debate sobre o sentido e a pertinência social da educação superior tem sido estimulado por alguns eventos, como o Fórum Nacional de Educação Superior e a Conferência Nacional de Educação segundo apontam dados da UNESCO (2012, p.7) e quanto ao objeto de estudo desse trabalho, a SAADE, mencionada anteriormente, é vista pelos respondentes como a mais nova medida em termos de ações afirmativas, que, de modo transparente, aproxima, amplia e discute novas propostas quanto aos ausentamentos e enfrentamentos da universidade quanto ao ingresso, permanência e sucesso acadêmico no universo das ações afirmativas.

As devolutivas esclareceram que apesar de alguns obstáculos enfrentados, como por exemplo o relato da respondente da PROGRAD, sobre o fato de que alguns alunos não apresentam condições de acompanhar o ritmo de estudos, na maioria das vezes por conta de uma educação básica deficitária e deste modo, alguns tendem a abandonar os seus cursos, a UFSCar - So, tem buscado criar condições materiais, físicas, financeiras, pedagógicas e culturais para que os estudantes que desfrutem das ações afirmativas sintam-se acolhidos e pertencentes à comunidade universitária. A respondente da PROACE enfatizou diversas vezes durante o processo de coleta de dados que os alunos que ingressaram na universidade pela reserva de vagas e os que entraram pelo vestibular convencional, recebem o mesmo tratamento de qualidade oferecido pelo serviço dessa Pró-Reitoria, que preza por manter uma postura ativa e eficaz na concretização da igualdade de condições e oportunidades.

Apesar de recente e haver muito a ser feito, indicamos aqui os avanços que as políticas inclusivas vêm proporcionando aos estudantes que hoje conhecem as oportunidades de acesso à educação disponíveis. A representante da PROGRAD, relata que o aspecto assistencial é fundamental para a permanência e conclusão dos estudos. Nesse sentido, a representante da PROACE afirma que o acolhimento e permanência dos alunos no campus giram em torno de duas demandas apresentadas por eles: a econômica e acadêmica, a econômica depende de repasse de verbas para que seja

possível atender um maior número de alunos, ou acrescentar algum outro tipo de ajuda. A respondente representante da PROGRAD menciona durante a entrevista que quanto a diversidade da demanda acadêmica, muitos professores se comportam alheios às políticas de ações afirmativas na universidade, podendo gerar impasses no decorrer da graduação.

Torna-se essencial colocar em pauta no espaço acadêmico, pedagógico e institucional, o desafio imposto pelo acesso e pela permanência, conforme nos ensina Silva (2008, p. 42) quando diz que a relação pedagógica que se estabelece nas salas de aula, e nas atividades de extensão são oportunidades de estudantes e também professores se educarem num processo dialógico.

A partir das devolutivas colhidas, os pesquisadores trazem à tona a problematização da permanência dos estudantes depender das tutorias que são diretamente atreladas às verbas repassadas para a instituição, bem como a necessidade de conscientização dos professores quanto a inclusão social ser uma realidade na universidade e estar respaldada pela lei de cotas.

As tutorias, segundo afirma a respondente da PROGRAD, atuam na orientação dos alunos já nas primeiras semanas de ingresso à vida acadêmica, objetivando a participação das atividades universitárias num primeiro momento e solucionando dificuldades acadêmicas, sejam no âmbito dos estudos (dificuldade nas disciplinas de exatas, como mencionado anteriormente) como no âmbito cultural (dificuldade com a língua de origem, no caso dos indígenas e africanos) e social num segundo momento, cuidando de sua formação enquanto cidadãos e cidadãs, profissionais.

O aspecto linguístico é apontado como um desafio para a promoção da equidade quando se trata de povos indígenas, pois segundo a representante da PROGRAD, *“os indígenas veem para a universidade com a língua nativa deles, e as dificuldades para aprender a língua portuguesa são trabalhadas através das tutorias, o mesmo vale para o caso dos africanos, que mesmo falando português, não falam o mesmo que o nosso”*.

Percebeu-se também que é necessário observar as condições inerentes à vida acadêmica, enquanto políticas públicas pelo que já foi exposto e como forma de possibilitar ao educando meios para concluir em tempo e com a qualidade desejada o curso no qual ingressou, para viabilizar a eficiência e eficácia dessas políticas públicas.

Mesmo diante de entraves como os citados acima, é através de conjunturas, meios e ferramentas a fim de amenizar tais disparidades que a UFSCar – So, além de oferecer

condições de acesso ao Ensino Superior a diferentes estratos sócio-econômicos e grupos étnico-raciais que constituem a sociedade brasileira, oferece através de seu PAA, apoio aos estudantes, não somente em relação aos aspectos sócio-econômicos – como moradia, alimentação e renda –, quanto acadêmicos – como os programas de tutoria, almejando a integração à vida acadêmica e ao sucesso nos estudos, o que é realidade também em outros campus da UFSCar, conforme aponta (SILVA, 2008, p.46). A respondente dessa pesquisa, chefe do DEACE, conta que ao chegar na universidade, “*o aluno tem garantido onde vai ficar, onde vai morar, onde vai comer, a gente ajuda a abrir conta em banco, orienta sobre transporte...*”. Relatos como esse foram confirmados através das referências encontradas acerca dos diversos auxílios oferecidos por parte do serviço social – que já tem seu edital aberto para 2017, garantindo a renovação e reativação de bolsas e auxílios aos estudantes - quanto a assistência aos bolsistas descritos no capítulo anterior.

A discussão alicerçada aqui revela a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de inclusão social - o que já teve início a partir da criação da SAADE - a fim de gerar mudanças que promovam maior ampliação garantindo a qualidade da formação do estudante oriundo da reserva de vagas. A partir dessas perspectivas, a continuidade das pesquisas acerca das políticas de ações afirmativas e suas condições de permanência no ensino superior, são de extrema importância para que as instituições, em especial a UFSCar – So, atuem com maior sentido e pertinência social.

Segundo artigo da SAADE (UFSCAR, 2016), apesar das ações afirmativas serem alvo de muitas críticas, preconceitos e mitos, as avaliações existentes não deixam dúvidas quanto a sua efetividade. A secretaria refere sucesso quando o assunto fala sobre a inclusão de grupos sociais historicamente desfavorecidos.

Sobre as linhas expressas acima, a devolutiva da representante da PROACE é expressiva ao afirmar que muitos alunos conseguem acompanhar o curso e apresentam rendimento e desenvolvimento positivos. Como desempenho positivo ela considera o aluno que mesmo recorrendo as tutorias, mais frequentemente para as disciplinas de exatas, supera suas dificuldades e não desiste da conclusão do curso.

Atualmente a representante admite que existe evasão por desempenho acadêmico, mas não consegue me oferecer dados concretos por não ter um sistema que faça esse tipo de registro.

Seguindo com a devolutiva mencionada, a SAADE (UFSCAR, 2016) reporta em seu blog uma matéria publicada na revista “Valor” do dia 21 de Outubro de 2016, em que o Professor Naércio Menezes Filho faz uma breve análise sobre os resultados da adoção de cotas no ensino superior, conforme podemos observar no trecho abaixo:

[...] a evasão entre cotistas e não-cotistas tiveram a mesma porcentagem [...] ressalta que o esforço e persistência são características que determinam o relevante sucesso dos grupos cotistas em relação aos oriundos de famílias mais ricas, que com suas vantagens estruturais, possuem acesso a colégios de maior qualidade e cursinhos pré-vestibulares. Sendo assim, as cotas tornaram-se um fator decisivo no equilíbrio dos processos seletivos excludentes, contribuindo para tornar o ensino superior mais democrático, diversificado e meritocrático. (UFSCAR, 2016)

A partir do trecho acima, a observação feita pelo professor ganha contornos com a devolutiva feita pela respondente da PROGRAD ao dizer que a UFSCar – So já teve estudantes indígenas que defenderam o TCC, concluíram a graduação, criaram seu próprio material didático para trabalhar como pedagogos em suas respectivas aldeias. A fala da respondente transparece o sucesso acadêmico dos estudantes provenientes da reserva de vagas na UFSCar – So, e é complementada quando a mesma refere que a partir do presente ano, esse estudante que concluiu todo seu percurso acadêmico tem a possibilidade de ingressar em um curso de pós-graduação, uma vez que no processo seletivo do PPGED, da UFSCar – So, as reservas de vagas para negros e indígenas foram aprovadas.

Ressalta-se sobre esse assunto que o Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba, torna-se o primeiro programa da Pós a garantir a reserva de vagas para negros e indígenas na UFSCar, dá um importante passo no combate ao Racismo Institucional e as desigualdades étnicas, além de proporcionar uma importante vitória aos movimentos sociais que lutam por reparações históricas (UFSCAR, 2016). São 11 vagas reservadas para negros (34,6%) e indígenas (0,1%), representando 34,7% do total de vagas, que são distribuídas entre as 3 linhas de pesquisa e entrou em vigor no presente ano.

As devolutivas fomentaram reflexões apontando que os avanços são uma realidade na universidade estudada, no entanto, a permanência, logo a conclusão do curso de graduação e o sucesso acadêmico dos estudantes que ingressaram no ensino

superior através da reserva de vagas, está diretamente vinculada a questão de recursos, e é claro a questão pedagógica também, como reportado neste capítulo.

Se por um lado à adoção de políticas de ações afirmativas permitem um acesso considerável de negros e indígenas à Universidade, por outro lado, há de se considerar a necessidade de políticas de permanência de qualidade, especialmente que sejam capazes de suprir os recursos financeiros necessários para dar conta de todo o contingente universitário que adota a política de inclusão, além de um maior envolvimento de todos os servidores, sejam professores, técnicos entre outros funcionários, que busquem ou lutem por recursos capazes de enfrentar a demanda dessas políticas públicas. Portanto esse é o desafio posto às universidades, em particular a UFSCar – So, objeto desse estudo.

Não somente reflexão, mas uma sugestão para que estudos futuros a respeito das políticas de ações afirmativas mantenham uma discussão contínua, pois somente uma política efetiva de permanência, no sentido de existir, de estar na universidade, poderá propiciar possibilidades para que as ações afirmativas voltadas ao ensino superior no trinômio: ingresso, permanência e sucesso acadêmico sejam alcançadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No interior do campus de Sorocaba pudemos constatar através das falas dos respondentes, que existem diferentes grupos sociais convivendo e sinalizando mudanças democráticas no espaço universitário. Aqui vale ressaltar o papel da SAADE, uma secretaria constituída por sujeitos que representam as diversidades existentes na UFSCar e acompanha o crescimento e o efeito das políticas de ações afirmativas, revelando os avanços nesse cenário.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, alguns dados solicitados referentes aos estudantes negros ingressantes na UFSCar – So pela reserva de vagas, não foram possíveis de serem levantados, pois o setor responsável pela coordenação de ingressos referiu não ter tais dados incorporados ao sistema de registro acadêmico (antigo ProGradWeb, atual SiGA), como mencionado no terceiro capítulo, fazendo com que o vulto maior ficasse por conta dos estudantes indígenas entre outros beneficiados pelo sistema de reserva de vagas, incluindo seu percurso durante o ingresso, permanência e sucesso acadêmico.

A falta de informação pode ser considerada um dado relevante ao pensarmos que neste sentido a universidade escolhida como objeto de recorrência nos oferece pouca visibilidade quanto a trajetória das ações afirmativas. No entanto, os passos trilhados no campus Sorocaba demonstram seu intuito em proporcionar uma educação de qualidade e contribuir para que o processo de democratização se concretize, porém, sabemos que este intuito está atrelado aos investimentos por parte do Governo Federal, pois sem os mesmos as ações tornam-se difíceis de serem concretizadas, como foi frisado neste trabalho em relação as verbas que garantem as tutorias.

Parafraseando Camargo (2011, p.164), garantir uma educação, enquanto bem público, exige envolvimento e investimento, e torna-se imprescindível que os esforços não se esgotem ao buscarmos uma democratização no acesso à Educação Superior, porém, estes esforços devem passar permanentemente por avaliações que identifiquem em quais proporções tais ações vem ocorrendo, seja em quantidade, e, principalmente, em qualidade. Dias Sobrinho (2010, p. 1.225) confirma que “[...] é a partir desse princípio que faz sentido falar de democratização do acesso e garantia de permanência dos estudantes em cursos superiores com qualidade científica e social”.

Estas considerações nortearam a proposta das ações afirmativas na UFSCar – So e devem continuar presentes nas discussões, pois diante do panorama das ações afirmativas no ensino superior brasileiro, a par dos entraves e enfrentamentos destacados, aponta-se a necessidade do debate contínuo e da ampliação das políticas de ações afirmativas no combate às desigualdades sociais em nosso país.

Ao final da pesquisa, pudemos observar que existe a necessidade de um preparo maior por parte da universidade com relação às políticas de inclusão, pois tanto professores como alunos, apesar de receberem positivamente tais ações, não estão preparados à altura para usufruírem dos benefícios oferecidos pela mesma, pois a necessidade de respaldo e ferramentas para lidarem com os obstáculos advindo das ações afirmativas torna-se indispensável.

Logo, se por um lado à adoção de políticas de reserva de vagas permite um acesso considerável de estudantes negros, indígenas e outros grupos à Universidade, por outro lado, há de se considerar a necessidade de pesquisas frequentes quanto a centralidade das ações afirmativas voltadas ao ensino superior no trinômio: ingresso, permanência e sucesso acadêmico, como foi salientado, o que torna-se um desafio e ao mesmo tempo

um convite para que os estudos não cessem na área da promoção da igualdade social no contexto da educação superior brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em 21/02/2017.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711 Acesso em: 30 abr. 2016b.

BRASIL. *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Diretrizes Gerais*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni>. Acesso em 11 mai de 2016a.

CAMARGO, E.F.M. Democratizando o Acesso à Educação Superior: O caso da UFSCar – campus Sorocaba. *Dissertação* [Mestrado em Educação]. Sorocaba, SP: Universidade de Sorocaba (UNISO), 2011, 220p.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean. et. al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 31, n. 113 – Especial, p. 1.223-1.245, dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 07 de Nov de 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 211-259, 2000.

GOMES, J. B. B., SILVA, F. D. L. L. da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. *Seminário Internacional – As Minorias e o Direito Série Cadernos do CEJ*, 24. Brasília, DF 2001. Disponível em: <http://sites.multiweb.ufsm.br/afirme/docs/Artigos/var02> . Acesso em 13 Mai de 2016.

- GOMES, N. L. A Universidade Pública como direito dos (as) jovens negros (as): a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG. In SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americanas.pdf Acesso em 05 de Nov de 2016.
- GÜNTHER, H. *Psicologia.: teoria e Pesquisa*, Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, p. 201-210. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R.. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova [online]*. 2003,n.58, p.193-223. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010> . Acesso em: 15 Abr. 2016.
- HÖFLING, E. de M Estado e políticas (públicas) sociais. *Cad. CEDES [online]*. vol.21, n.55, pp.30-41, 2001.
- JODAS, J. Entre a diversidade e a diferença: o programa de ações afirmativas da UFSCar e as vivências dos estudantes indígenas. *Dissertação [Mestrado em Sociologia]*. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2012, 142p.
- LIMA, P. G. Ações afirmativas como eixo de inclusão de classes sociais menos favorecidas à universidade brasileira: um terceiro olhar entre pontos e contrapontos. *Tese [Pós-Doutoramento]*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- LIMA, P. G. *Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional*. Artur Nogueira: Amilpress, 2003.
- LÜDKE, H.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. Ed. Porto Alegre: Artemed, 2004.
- MUNANGA K. Política de Ação afirmativa em benefício da população negra Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. *Sociedade e Cultura [online]* 2001. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70311216002> Acesso em: 14 Mai de 2016.

PÁDUA, Y. S.; FELIPUSSI, S. C.; MARQUES, W. Inserção acadêmica de alunos oriundos de escolas públicas na UFSCar-Sorocaba. In: Petronilha Beatriz Gonçalves E Silva. (Org.). *Ações afirmativas: perspectivas de pesquisas de estudantes da reserva de vagas*. 1ed.São Carlos: Edufscar, 2015, v. 1, p. 75-80.

PALUMBO D. J. *Capítulo 1: The Public Policy Approach to Understanding Politics in America*. Public Policy in America – Government in Action. Second Edition. Harcourt Brace & Company. p.8-29. Tradução de Adriana Farah, 1994.

PINHEIRO, T. B. Evolução da demanda por assistência estudantil na UFSCar em função da implementação das ações afirmativas nos anos de 2007 a 2013. *Dissertação* [Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos]. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2015, 84p.

PINTO, J. M. de R. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / organização*, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*/tradução de Ana Cristina Nasser - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ROCHA, C.V. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: algumas observações. *Civitas*. Porto Alegre, v. 5, n.1, p. 11-28, jan/jun. 2005.

SILVA, C. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: Silva, C. (Org.) *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo: Summus, 2003, p. 17- 38.

SILVA, P. B. G. e, SILVÉRIO, V. R. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / organização*, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVA, P.B.G. e. Ações Afirmativas na Ufscar – Em busca da qualidade acadêmica com compromisso social. *Políticas Educativas* – Campinas, v.2, n. 1, p.41-53, dez. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/18350> Acesso em 13 mai de 2016.

SILVA, P.B.G.e. *Programa de ações afirmativas*. Disponível em: www.prograd.ufscar.br/acao_arquivos/encontro_8_petronilha.pps Acesso em: 12 abr. 2016

UNESCO. Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década, organizado por Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. – Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012. 164 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf> Acesso em 02 de Nov de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *RESOLUÇÃO CoAd nº 076, de 12 de junho de 2015. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade.* Disponível em: http://www.soc.ufscar.br/coad/2015/deliberacoes_coad_30.pdf. Acesso em: 29 set de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Portaria GR 695/07.* dispõe sobre a implantação do Ingresso por Reserva de Vagas para acesso aos cursos de Graduação da UFSCar. São Carlos, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Relatório anual de atividades. Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis – Sorocaba.* Sorocaba, 2015. Disponível em: <http://www.proace.ufscar.br/arquivos/outros/relatorio-anual-deace-campus-sorocaba-2014>. Acesso em 30 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Relatório anual de atividades, 2015. Pró-Reitoria de assuntos comunitários e estudantis.* São Carlos, 2016. Disponível em: <http://www.proace.ufscar.br/arquivos/outros/relatorio-anual-proace-2015>. Acesso em 03 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar – SAADE.* São Carlos, 2016. Disponível em: <http://blog.saade.ufscar.br/> Acesso em 14 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *O Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de São Carlos.* Disponível em: www.prograd.ufscar.br/acao_arquivos/encontro_8_petronilha.pps. Acesso em: 12 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Proposta de Programa de Ações Afirmativas para a UFSCar.* Comissão de Ações Afirmativas, 2006. Disponível em: <http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/arquivos/proposta-de-programa-de-acoes-afirmativas-para-a-ufscar-versao-final>. Acesso em 17 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Relatório da Gestão 2008-2012 Excelência Acadêmica com Compromisso Social*. Disponível em: www.blogdareitoria.ufscar.br/wp-content/uploads/relatorio_da_gestao_2008_2012_v2.pdf Acesso em 30 abr. 2013.

VIANNA, H. M. *Pesquisa em educação: a observação* (Série Pesquisa, v. 5). Brasília: Líber Livro Editora, 2007. 108 p.